

**Presidente**  
Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy  
Paulo Roberto Ferreira Levy  
Luiz Fernando Cirne Lima

# GAZETA MERCANTIL

Quinta-feira, 14 de novembro de 1991

**DIRETORIA**  
**Diretor-Presidente**  
Luiz Fernando Ferreira Levy  
**Diretores Vice-Presidentes**  
Henrique Alves de Araújo  
Roberto Müller Filho  
Roberto de Souza Ayres  
José Andretto Filho

Página 4

*Com. Brasil*

## Mais clareza sobre intenções e consequências

O governo federal está, mais uma vez, desde que começou a ser dirigido pelo presidente Fernando Collor, diante do desafio de expressar com clareza quais são suas intenções na frente econômica e como pretende evitar a repetição do comportamento errático que foi sua marca nos últimos meses.

Embaladas por melhorias modestas e embrionárias nos indicadores de preços, por expectativas (mas apenas expectativas) alvissareiras para o acerto de contas na frente externa e com o Fundo Monetário Internacional, e pela convicção de que o programa de privatizações finalmente demarrou, as autoridades econômicas têm começado a dar contornos mais nítidos às suas proposições de trabalho.

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, foi muito claro, falando nesta semana a empresários reunidos na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Austeridade monetária, mais equilíbrio fiscal, mais abertura de mercado e menos

choques e congelamentos, este é quadro que as autoridades de Brasília pretendem pendurar na parede.

Parece claro, mas não é. A razão dessa falta de nitidez é simples: como ocorreu em outras oportunidades, sempre que algo de bom começa a acontecer para o seu lado, o Palácio do Planalto imediatamente reverte suas turbinas e, de abulia semelhante à que presenciamos recentemente, passa para uma atitude de confiança exagerada que nada tem a ver com a realidade.

Pois é evidente que a esperança de uma boa safra agrícola para o ano que vem não é, entre outras esperanças que estão sendo cultivadas (como mencionadas acima), alavanca suficientemente forte para remover os formidáveis obstáculos que se colocam diante do encaminhamento de uma solução sustentada,

de longo prazo, para o relançamento da economia.

Cai-se, dessa forma, numa atitude voluntarista, qual seja a de se imaginar que querer é poder.

Como sabemos, é incerto o resultado que o governo poderá vir a colher no Congresso no que toca à aprovação do ajuste fiscal e das medidas genericamente chamadas de "modernização da economia". Por que, então, não aceitar a mesma incerteza — e dela acautelar-se, com o aparato técnico necessário — quanto aos resultados do apenas esboçado plano econômico que está sendo implementado?

Pois, da forma como as coisas estão sendo descritas pela equipe econômica, bastaria apenas suportar um período de estagnação econômica associada a níveis ainda altos de

inflação para, já em abril do próximo ano, começar a colher frutos saudáveis.

Até que isso aconteça, todavia, é inevitável que se acelere o processo de quebra de empresas de tamanhos e setores variados, com as inevitáveis consequências sociais que advêm desse estado de coisas.

É necessário, portanto, que as autoridades econômicas, além de explicarem com clareza que rumo pretendem manter nas frentes monetária e do ajuste fiscal, expliquem também como se verão com as consequências de curto prazo que daí advirão.

Um discurso liberal não equivale a uma prática liberal. Sinalizar com precisão no sentido de esclarecer quais serão as mudanças concretas que se farão nas necessidades de financiamento do governo, no seu nível de intervenção na economia como um todo e, principalmente, nas consequências sociais de seu arranjo estagflacionário é, agora, a missão mais importante a ser administrada por Brasília.